Jornal da CNTC

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 6 • Edição 61 • Janeiro/Fevereiro 2016 | Distribuição gratuita • Brasília/DF

TRABALHO ESCRAVO

Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

A RESPONSABILIDADE É DE TODOS. O QUE ESTAMOS FAZENDO?

PÁGINAS 4 A 7

CONGRESSO NACIONAL

CNTC lança Anuário Legislativo com dados das atividades do Congresso Nacional em 2015

PÁGINAS 3 A 5

ATUAÇÃO

Confira diariamente os principais temas de interesse dos trabalhadores

PÁGINA 3

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL
REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C, CEP 70390-020 – Brasília/DF
PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **JORNALISTAS:** Marina Barbosa e Raul Lênnon • **IMPRESSÃO:** Ideal Gráfica • **EDITORAÇÃO:** Grifo Design • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon • **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Marina Gomes Barbosa – RP: 015253/2011 DF.

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C
CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100
Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br –
E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

Presidente: Levi Fernandes Pinto • *1º Vice-Presidente:* Vicente da Silva • *2º Vice-Presidente:* Valmir de Almeida Lima • *1º Secretário:* Lourival Figueiredo Melo • *2º Secretário:* Idelmar da Mota Lima • *1º Tesoureiro:* Luiz Carlos Motta • *2º Tesoureiro:* Saulo Silva • *Diretor de Patrimônio:* Luiz de Souza Arraes • *Diretor Social e de Assuntos Legislativos:* José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • *Diretora de Assuntos Internacionais:* Maria Bernadete Lira Lieuthier • *Diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical:* Guiomar Vidor • *Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários:* Ageu Cavalcante Lemos • *Diretor de Assuntos Previdenciários:* Ronaldo Nascimento • *Diretor Administrativo do CET/CNTC:* Edson Ribeiro Pinto • *Diretor-Adjunto do CET/CNTC:* José Ribamar Rodrigues Filho

SUPLENTES | José Martins dos Santos • Ronildo Torres Almeida • Edson Geraldo Garcia • Elias Bernardino da Silva • Abdon Martins de Moura • Raimundo Miquilino da Cunha • Edson Ramos • José Alves Paixão • Leocides Fornazza • Telma Maria Cárdia • José Carlos Perret Schulte • Milton Manoel da Silva Filho • Cléber Paiva Guimarães • João de Sant'Ana • Cibele Cristina Lemos de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Efetivos | Dorvalino de Oliveira • José Lucas da Silva • Márcio Luiz Fatel

Suplentes | Raimundo Matias de Alencar • Aulino Beserra Lima

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Antonio Caetano de Souza Filho • Luiz José Gila da Silva • Raimundo Firmino dos Santos • Vagnei Borges de Castro • Rosilene Schneider Glasser • Francisca das Chagas S. da Silva • Manoel Santos de Oliveira • João Correia Gomes

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE LEVI FERNANDES PINTO

Caros companheiros e companheiras,

Crise e Desemprego.

Estas duas palavras são pronunciadas incontavelmente todos os dias. Vivemos tempos de recessão, momento de crise política e econômica, onde o trabalhador sofre com o desemprego e com a alta da inflação.

O setor de serviços acumula queda de 3,6% em 2015, a maior da história. Com a escalada da inflação, dos juros e a oferta restrita de crédito, as vendas no varejo acumularam queda de 4,3% no ano passado, a maior desde o início da série histórica do IBGE, iniciada em 2001.

Para piorar ainda mais o cenário, estamos cada vez mais certos de que a atuação do governo federal está na contramão dos anseios dos trabalhadores. No momento de crise, a onda de desemprego traz ainda mais desafios para o combate à informalidade, aos acidentes de trabalho e ao trabalho infantil, o governo não oferece qualquer investimento na garantia dos direitos e da segurança dos trabalhadores.

O resultado é a precarização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores. Nesta edição do Jornal da CNTC temos uma matéria especial sobre o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Em tempos de crise, com desemprego em alta, temos que permanecer em alerta para combater o subemprego e o aumento de trabalhadores em situações degradantes.

Na CNTC vivemos um momento de mudança e crescimento. No dia 25 de fevereiro será realizada a cerimônia de posse da nova diretoria da nossa Entidade. Em novembro fomos eleitos para mais um mandato à frente da nossa Confederação.

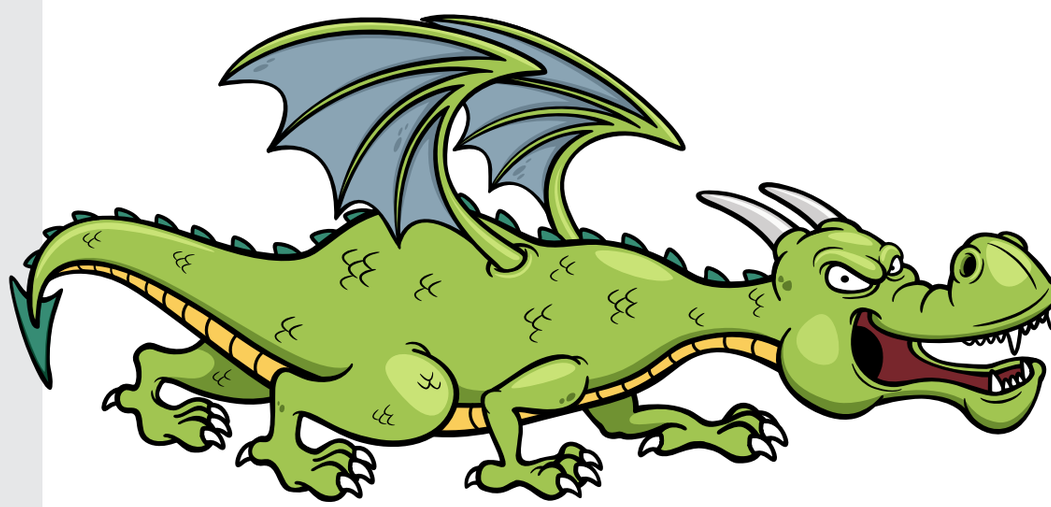
Foto: arquivo CNTC

Levi Fernandes Pinto

A CNTC cresceu, foram criadas novas diretorias, para assim darmos a cada uma de nossas bandeiras o protagonismo necessário. Os grandes temas que fazem parte da trajetória da Confederação continuarão como prioridade absoluta em nosso dia-a-dia, pois são eles que trazem reflexos inevitáveis e muitas vezes perniciosos para a vida do trabalhador no comércio e serviços: banco de horas, trabalho escravo, jornada exaustiva, precarização do trabalho e dos direitos trabalhistas, entre outros.

Contamos com a contribuição e a união de todos que compõem o Sistema CNTC para enfrentarmos juntos mais um ano de grandes desafios.

Levi Fernandes Pinto
Presidente



CONGRESSO NACIONAL

Congresso Nacional retorna ao trabalho e a CNTC informa diariamente sobre os principais temas de interesse dos trabalhadores

O Congresso Nacional retomou os trabalhos legislativos no dia 02 de fevereiro e a pauta de 2016 promete ser extensa. Deputados e senadores enfrentarão temas polêmicos como o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, além dos processos que envolvem os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), preso na Operação Lava Jato.

A pauta de propostas que discutem temas de interesse dos trabalhadores também promete importantes debates e decisões. Em seu pronunciamento durante a sessão solene do Congresso Nacional, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que o projeto que regulamenta a terceirização (PLC 30/2015 – PL 4330/2004) deverá constar entre as propostas prioritárias a serem votadas pelo Senado em 2016.

O PLC 30/2015 encontra-se na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), onde é relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e deverá ser também analisado pelo Plenário da Casa.

Caso o Senado aprove o projeto com mudanças de mérito, ele deverá retornar à Câmara dos Deputados em análise final.

FIQUE POR DENTRO DE TUDO O QUE ACONTECE NO CONGRESSO NACIONAL

A CNTC com sua diretoria e equipe de profissionais especializados em processos legislativos acompanha diariamente a pauta de interesse dos trabalhadores nas comissões da Câmara e do Senado, nos Plenários das duas Casas, além de manter um diálogo constante com os parlamentares.

A Entidade oferece em seu site informações atualizadas com as principais notícias, relatórios, notas legislativas, pauta da semana, informes legislativos e econômicos.

Mantenha o seu cadastro atualizado e receba diariamente notícias e informações da CNTC. Conheça alguns produtos:

» **Pauta da Semana |** Informa toda segunda-feira a pauta de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional.

» **Newsletter Legislativo |** Enviado às sextas-feiras, relatório completo sobre as propostas discutidas e votadas no Senado e na Câmara.

» **Newsletter Econômico |** Relatório econômico sobre a economia do país, índices e previsões.

» **Acontece no Congresso |** Notícias atualizadas a todo momento sobre o andamento dos trabalhos no Congresso Nacional.

» **Novidades Legislativas |** Informa sobre as proposições iniciadas de interesse dos trabalhadores e do movimento sindical, com a finalidade de dar conhecimento no nascedouro e promover ações proativas dessas iniciativas legislativas.

» **Radar |** Clipping diário com as principais notícias de política e economia do país.

» **Jornal CNTC |** Publicação mensal com entrevistas, reportagens sobre os principais temas de interesse do trabalhador, campanhas e notícias do Sistema CNTC.

Acesse: www.cntc.org.br, faça o seu cadastro e receba em seu e-mail.

Foto: EBC | José Cruz - ABr

TRABALHO ESCRAVO

Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Mais de mil pessoas foram resgatadas de trabalho escravo no Brasil em 2015

28 DE JANEIRO É O DIA NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO. A DATA É UMA HOMENAGEM AO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO ERASTÓSTENES DE ALMEIDA GONÇALVES, JOÃO BATISTA SOARES LAGE E NELSON JOSÉ DA SILVA, E O MOTORISTA AILTON PEREIRA DE OLIVEIRA, NO ANO DE 2004, QUANDO APURAVAM DENÚNCIA DE TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL DE UNAÍ (MG).

TRABALHO ESCRAVO

O Ministério do Trabalho e Previdência Social resgatou 1.010 trabalhadores em 2015 que estavam em condições análogas à escravidão. As 140 operações feitas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel e por auditores fiscais do trabalho identificaram trabalhadores nessa situação em 90 dos 257 estabelecimentos fiscalizados.

Segundo a pasta, mantendo a tendência de 2014, a maioria das vítimas de trabalho escravo no Brasil foi localizada em áreas urbanas, que concentraram 61% dos casos (607 trabalhadores em 85 ações). Nas 55 operações feitas na área rural, 403 pessoas foram identificadas.

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a erradicação do trabalho escravo só será possível com a união de trabalhadores, do Estado, da população e de órgãos públicos para a implantação de medidas que desestimulem e punam com rigor àqueles que praticam esse crime contra os direitos humanos.

"Nos choca ainda discutir em 2016 a erradicação do trabalho escravo. E isso só será possível com a conscientização e participação de todos os setores da sociedade, população, órgãos públicos, artistas, sindicatos, entre outros. Importantes medidas que já estão sendo discutidas precisam ganhar força, como a

> "Nos choca ainda discutir em 2016 a erradicação do trabalho escravo. E isso só será possível com a conscientização e participação de todos os setores da sociedade, população, órgãos públicos, artistas, sindicatos, entre outros."
>
> **CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima , presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho

lista suja de empresas que utilizam esse tipo de mão-de-obra. Uma das pautas dessa mobilização é a lista suja. A lista suja tinha duas vantagens: mostrar para a sociedade quem eram os empregadores que cometiam esse tipo de crime no país. Mas em 2014 o STF barrou a ficha suja e até hoje o pedido de restauração da lista não foi apreciado. Enquanto isso, a população não sabe se está comprando de alguma loja ou empresa que utiliza o trabalho escravo como mão-de-obra. A outra vantagem que a lista suja possuía, é que ela bloqueava financiamentos públicos para essas empresas. Não tem lógica o contribuinte continuar financiando esse tipo de empresa", disse Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho critica ainda a tentativa de diversos setores de diminuir a punição e as consequências às empresas e patrões que cometem situações degradantes aos trabalhadores. O Senado deve votar esse ano a regulamentação da Emenda Constitucional 81, sobre o trabalho escravo (PLS 432/2013). O projeto retira os itens "condições degradantes" e "jornada exaustiva" como relativos a condições análogas às de escravidão. Para Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a mudança representa um retrocesso no combate à prática.

"Isso seria um verdadeiro retrocesso. Nós sabemos que a escravidão contemporânea não mantém trabalhadores acorrentados, mas não deixa de ser uma afronta à dignidade do trabalhador. A expropriação de terras desestimula a prática, assim como a lista suja e o fim do financiamento a essas empresas. É um conjunto de ações que precisam ser colocadas em prática. Modificar o conceito do trabalho escravo e alterar a previsão do artigo do Código Penal para dizer que a partir da regulamentação só seria trabalho escravo se houvesse a restrição da liberdade do trabalhador é um verdadeiro retrocesso. Se a gente perder esse conceito, será uma terrível derrota para os trabalhadores", afirma Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

REFORÇO NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

O combate ao trabalho escravo no país foi reforçado no dia 01 de fevereiro, durante a solenidade de abertura do Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet), realizada em Brasília com a presença de Kailash Satyarthi.

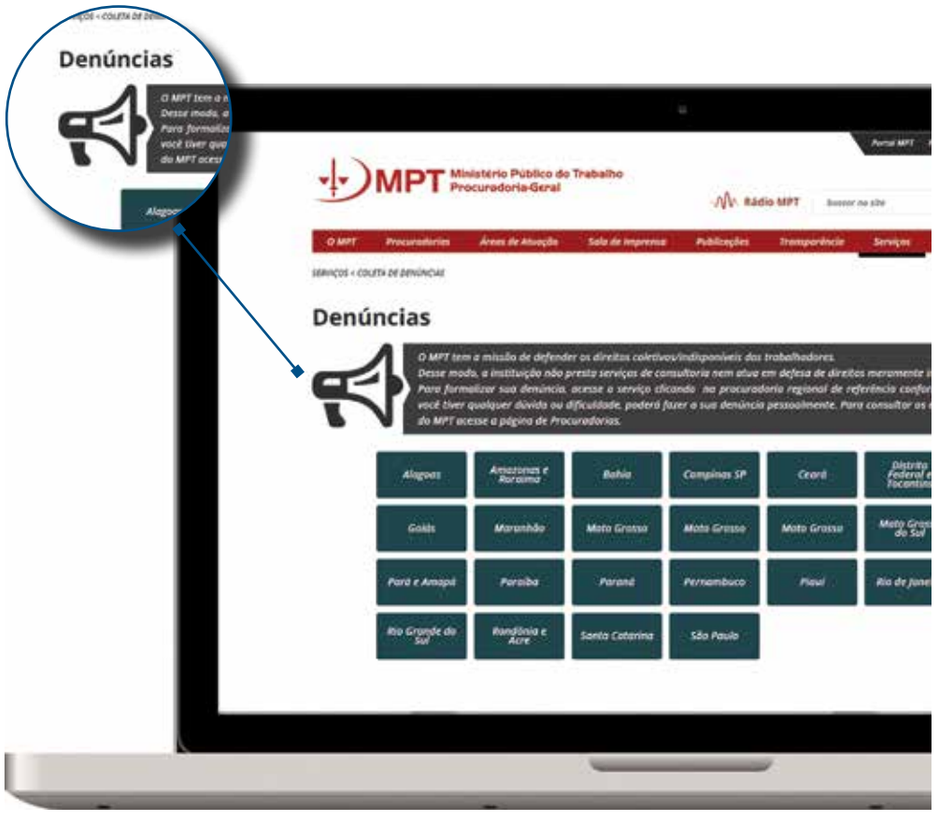
O Fontet, que teve sua criação aprovada na última sessão plenária de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, irá realizar estudos sobre a exploração do trabalho em condição análoga à escravidão e o tráfico de pessoas, além de promover intercâmbios com juízes de todos os ramos do Poder Judiciário para obter subsídios para a elaboração de soluções que aperfeiçoem o enfrentamento a esses crimes no sistema de Justiça.

Uma de suas atividades prioritárias será apurar quantos inquéritos e processos judiciais tratam da exploração de pessoas em condições análogas ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, assim como informações sobre a tramitação dessas ações e quais sentenças estão sendo proferidas pela Justiça brasileira.

TRABALHO ESCRAVO

Como um cidadão que sabe de alguma situação de trabalho escravo pode denunciar?

No canal de comunicação do Ministério Público do Trabalho, www.mpt.mp.br existe um link em que é permitida a denúncia sigilosa. O cidadão pode também utilizar o link da Contag, que é a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura. Lá é possível preencher um cadastro, com informações da localização da fazenda e das condições de trabalho em que ele se encontra. A Contag também se encarrega de passar essa denúncia para as autoridades, como o MP e o Ministério do Trabalho e Previdência Social.



Formalização do trabalho

Além do resgate dos trabalhadores em condições análogas à escravidão, que representaram 13,26% do universo alcançado, as operações coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social beneficiaram um total de 7.616 trabalhadores. Os auditores fiscais do trabalho, além de afastá-los das graves situações de violação de direitos humanos, os encaminham à formalização dos contratos, à adequação das condições de segurança no trabalho, ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ao acesso ao Seguro-desemprego a que tem direito a vítima resgatada e ao pagamento das verbas trabalhistas devidas pelos empregadores.

Nobel da Paz participa de ações no Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil

O Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, celebrado cada 28 de janeiro no Brasil, contou neste ano com a presença do ativista de direitos humanos indiano, Kailash Satyarthi, um dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz em 2014.

Satyarthi pregou que a liberdade não pode ser negociada e que tem certeza que o Brasil não irá retroceder na legislação que protege o trabalhador da submissão a condições análogas ao trabalho escravo. Para ele, o tráfico de pessoas e a escravidão são alimentados pelo incremento da comercialização e privatização de vários meios de consumo e de produção. Isso é o que estaria alimentando o aumento tráfico de pessoas em vários países.

O indiano é conhecido mundialmente por combater o trabalho forçado e o trabalho infantil há mais de 35 anos. Atualmente, ele se dedica à campanha 50 for Freedom da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que busca aumentar a conscientização sobre o trabalho forçado e mobilizar o apoio do público para promover a ratificação do Protocolo Adicional à Convenção sobre o Trabalho Forçado de 1930 (nº 29).

Em Brasília, Satyarthi participou no dia 02 de fevereiro de uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e Legislação Participativa do Senado. E no dia seguinte ele compareceu a um ato alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e em memória das vítimas da chacina de Unaí, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Kailash Satyarthi ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2014

ANUÁRIO LEGISLATIVO

CNTC lança Anuário Legislativo com dados relativos às atividades do Congresso Nacional em 2015

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC, lançou em janeiro o Anuário Legislativo – 2015, contendo dados relativos às atividades da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, incluindo as normas jurídicas geradas no ano e os principais fatores que compuseram o cenário político ao longo dos trabalhos.

Na Câmara e no Senado, diversos projetos de lei de interesse dos trabalhadores do comércio e serviços, e do sistema sindical estiveram cotidianamente em deliberação. Além das medidas provisórias e demais propostas encabeçadas pelo governo que previram ajustes no mundo do trabalho e no sistema da previdência, estiveram em pauta projetos de parlamentares que representavam ameaças aos direitos conquistados pelo trabalhador, primeira categoria penalizada em cenários de crise econômica.

Nesse sentido, a CNTC acompanhou os trabalhos legislativos de maneira próxima e ativa, com o objetivo de garantir os interesses da categoria, buscar avanços na ampliação de direitos e assegurar a permanência dos mecanismos de proteção e justiça social aos trabalhadores.

O anuário, portanto, retrata o cenário político na esfera legislativa a partir do exame das proposições em trâmite, com foco especial nas matérias de interesse dos 12 milhões de trabalhadores que compõem a área de comércio e serviços no Brasil.

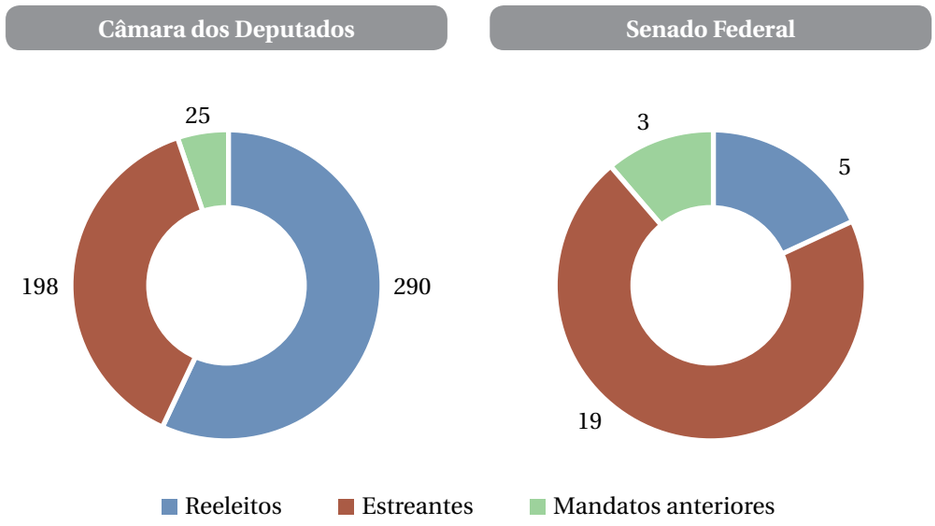
Em 2016 a CNTC seguirá no esforço para acompanhar e interferir de forma propositiva nos debates do Congresso Nacional reafirmando diuturnamente o compromisso com a defesa, proteção e controle das necessidades da categoria.

O documento completo você encontra no site da CNTC: www.cntc.org.br

RENOVAÇÃO DO CONGRESSO

2015 foi o ano em que se iniciou uma nova legislatura, que é o período de 4 anos de trabalhos legislativos. Novos parlamentares estrearam no Congresso, muitos se reelegeram e outros retornaram após certo período desempenhando outras atividades.

Proporcionalmente, o Senado Federal possui maior número de novatos do que a Câmara dos Deputados, 70% dos novos senadores nunca ocuparam cargo na Casa, ainda que alguns sejam ex-deputados. Por outro lado, 36% dos novos deputados são estreantes na Câmara.



Leis Ordinárias

Foram sancionadas 163 leis ordinárias fruto de projetos de lei e medidas provisórias, das quais se destacam por ser de interesse geral do cidadão, bem como relacionada à área temática social sobre trabalho e emprego:

LEI 13.189/15
Oriunda da Medida Provisória 680/15, que criou o Programa de Proteção do Emprego (PPE), permitindo às empresas em dificuldade financeira reduzirem a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30%, contanto que não sejam demitidos sem justa causa. Cabe ao governo complementar até 65% da perda salarial do trabalhador com recursos do FAT.

LEI 13.134/15
Oriunda da Medida Provisória 665/14, que muda as regras de concessão do seguro-desemprego e do abono salarial. O trabalhador precisará comprovar o recebimento de salários em, pelo menos, 12 dos 18 meses anteriores à data da dispensa na primeira solicitação.

LEI 13.152/15
Oriunda da Medida Provisória 672/15, manteve até 2019 a regra de reajuste do salário mínimo, que é calculada pela soma da variação da inflação (INPC) e do Produto Interno Bruto (PIB).

LEI 13.172/15
Oriunda da Medida Provisória 681/15, que ampliou de 30% para 35% o limite do crédito consignado.

LEI 13.146/15
Conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, criou uma série de direitos para pessoas nessa condição, entre eles o auxílio-inclusão para a pessoa com deficiência que já receba o benefício de prestação continuada previsto no Sistema Único de Assistência Social (Suas) e venha a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório da Previdência Social.

LEI 13.239/15
Dispõe sobre a oferta e a realização, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher no âmbito do SUS.

LEI 13.202/15
Oriunda da Medida Provisória 685/15, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários (PRORELIT), que consiste no estímulo a que empresas devedoras desistam de processos administrativos ou judiciais sobre débitos tributários, permitindo a quitação de débitos tributários com a Receita Federal ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

LEI 13.104/15
Altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

O documento completo você encontra no site da CNTC: www.cntc.org.br

NOTAS LEGISLATIVAS

Retirada urgência ao projeto de regulamentação do trabalho escravo

O QUE HOUVE?

No dia 03 de fevereiro em Sessão Deliberativa do Senado Federal houve a inclusão de proposição extrapauta tratando de requerimento, de autoria do Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e outros senadores, solicitando a extinção da urgência sobre o Projeto de Lei do Senado 432/2013.

Em dezembro do ano passado a matéria havia recebido urgência apresentada por líderes (art. 338, II, RISF).

PROJETO

O PLS 432/2013, apresentado pela Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, regulamenta a Emenda à Constituição nº 81 e dispõe sobre a punição de casos reconhecidos como trabalho escravo, porém não considera análogos os trabalho em condições degradantes e jornadas exaustivas, como expostos no artigo 149 do Código Penal.

TRAMITAÇÃO

A matéria recebeu parecer pela aprovação com alterações na Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição. Relator Romero Jucá (PMDB-RR) incluiu no texto:

- Exclusão da exigência de trânsito em julgado da sentença resultante da ação penal como condição para a ação de expropriação;
- Permissão da expropriação de imóvel de propriedade de pessoa jurídica;
- Reverter bens apreendidos em decorrência da exploração de trabalho escravo ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Fixar que a expropriação do imóvel ocorrerá onde houver exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário, ressalvando a hipótese da prática por locatário, arrendatário e outros;
- Vedação da inscrição de acusados de exploração de trabalho escravo em cadastros públicos sobre o tema antes do trânsito em julgado da sentença.

Além deste caminho percorrido, a matéria foi debatida em Audiência Pública realizada no dia 02 de fevereiro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, como foco dos debates sobre "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação", instituída pelo Senador Paulo Paim (PT-RS).

Em síntese, foram destacados os seguintes encaminhamentos determinados pela audiência pública:

- Realização de audiências públicas nos Estados para tratar do PLS 432/2013;
- Alteração do despacho do projeto para que ele saia do Plenário da Casa e retorne a ser apreciado pelas comissões temáticas;
- Acordo com o relator do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), para que o trabalho degradante seja incluído como condição que configure em analogia ao trabalho escravo.

PRÓXIMOS PASSOS

Com a retirada de urgência, a matéria retornará à Comissão responsável por emitir parecer, correspondente a de Constituição, Justiça e Cidadania. No momento aguarda nova designação de relatoria.

Após apreciação desta comissão, a proposta precisa ser apreciada pelo Plenário do Senado e posteriormente da Câmara dos Deputados, uma vez que se trata de matéria formulada por Comissão Mista, sendo sujeita a tramitação especial.

NOTAS LEGISLATIVAS

Senado aprova a ampliação da licença-paternidade

O QUE HOUVE?

No dia 3 de fevereiro o Plenário do Senado Federal aprovou texto final do Projeto de Lei da Câmara 14/2015 (PL 6998/2013), de autoria do Deputado Osmar Terra (PMDB-RS) juntamente com demais deputados, que cria o Marco Legal da Primeira Infância. A matéria visou alterar dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Processo Penal; e da CLT.

O maior destaque sobre a matéria foi em relação à ampliação da licença-maternidade e licença-paternidade na Lei que institui o Programa Empresa Cidadã. Este programa tem como objetivo prorrogar por mais 60 dias a licença-maternidade prevista no inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal. O programa favorece trabalhadoras empregadas por empresas que aderem a este instrumento normativo.

O programa na sua forma original permitia a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias, incluindo as mesmas regras para quem obtiver a guarda-judicial ou adoção. Entretanto, carecia da presença de aumento na licença-paternidade. Dessa forma, o projeto buscou incluir a prorrogação do direito a licença conferida ao pai, por mais 15 dias, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos pelo § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Portanto, com determinada modificação, foi incorporado também nos demais dispositivos que norteiam a Lei do Programa Empresa Cidadã a figura do empregado, para que este também cumpra com as regras de adesão à prorrogação da licença, como, por exemplo, no tocante a dedução do imposto devido pela pessoa jurídica, sendo realizada sobre a remuneração da empregada e do empregado pagos nos dias de prorrogação de sua licença (art. 5º, da Lei 11.770/2008 – Programa Empresa Cidadã).

SAIBA MAIS

Além deste direito conferido ao trabalhador, inserindo na sua proporcionalidade o direito de maior tempo do pai junto ao seu filho nos primeiros dias de vida, auxiliando a mãe nas necessidade precisas, o projeto aprovado também discorreu sobre:

» Caracterização da primeira infância, correspondendo aos seis anos de idade ou 72 meses de vida da criança;

» Perspectivas de Políticas Públicas para o atendimento aos direitos da criança e adolescente, para que sejam elaboradas e executadas pelo Poder Executivo no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

» Programas de apoio às famílias por meio de condições que ajudem no desenvolvimento da criança, bem como no acesso à saúde, alimentação, educação e produção cultural. Estas práticas serão aplicadas sem discriminação de sexo, situação familiar, etnia, raça, condições econômicas, ambiente social, local de moradia ou qualquer outra condição que diferencie pessoas; e

» Impulsionar às mulheres programas e políticas de saúde focadas no planejamento reprodutivo; nutrição e atenção adequada às gestantes; realização de pré-natal e seu acompanhamento por profissional da atenção básica; além de serviço e atendimento adequado durante a realização do parto.

TRAMITAÇÃO

A matéria segue à Presidente da República para sancionar ou vetar no prazo de 15 dias úteis. Caso vete total ou parcialmente a matéria, esta retorna ao Congresso para análise, em sessão conjunta, no prazo de 30 dias. Para que o veto seja rejeitado será necessária a maioria absoluta dos votos de Deputados e Senadores (Art. 66, CF).

Adiada para maio a realização da 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres

Alterada a data da realização da 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres para o período de 10 a 13 de maio de 2016, segundo Decreto 3 de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 4/2/2016.

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Comerciários querem reajuste de 15%

Os comerciários do Estado do Pará começaram no dia 12 de janeiro a campanha salarial visando o fechamento da convenção coletiva de trabalho referente ao biênio 2016/2017 na data-base de 1º de março. A categoria reivindica reajuste salarial de 15%, tíquete-alimentação, Participação nos Lucros e Resultados das Empresas (PLRE), seis feriados não trabalhados durante o ano, seis horas corridas de trabalho aos domingos e feriados, com fechamento dos estabelecimentos comerciais às 13 horas com uma hora de tolerância, plano de saúde integralmente pago pelas empresas, anuênio e melhores condições trabalho.

A campanha salarial dos cerca de 480 mil empregados no comércio lojista e supermercadista é liderada pela Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Fetracom) dos Estados do Pará e Amapá, que realiza assembleias gerais em todos os municípios paraenses. Segundo o presidente da entidade, José Francisco, trata-se de uma campanha unificada dos comerciários. "Sabemos que o país está atravessando uma crise, mas também temos a certeza que os trabalhadores precisam avançar em busca de novas conquistas e de salários mais justos. O comércio de Belém faturou muito em 2015 e continua faturando. Não houve grande queda de vendas e a categoria dos comerciários tem sido criativa, assim como os empresários, para fazer o setor crescer. E cresce tanto que não há tanta demissão no setor", afirma o sindicalista. José Francisco destacou ainda que a inflação de 10,67% justifica o reajuste salarial reivindicado.

Fonte: Jornal O Liberal.

Trabalhadores do grupo KPMG no Brasil receberam PLR em dezembro

Parâmetros foram acordados através de negociação direta entre os representantes das Sociedades, comissão de empregados e o SEAAC Campinas

Os trabalhadores das empresas que operam em Campinas e região (SP) (base territorial do SEAAC Campinas) sob a marca KPMG, receberam no dia 21 de dezembro, a segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Fazem parte do acordo protocolado no Sindicato as empresas, chamadas de Sociedades: KPMG Assessores Tributários LTDA, KPMG Assurance Services LTDA, KPMG Auditores Independentes, KPMG Consultores Associados Ltda, KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. KPMG Risk Advisory Services LTDA, KPMG Tax Advisors LTDA, KPMG Transaction and Forensic Services LTDA, KPMG Transnational Tax Services Ltda, KPMG Consultoria LTDA e KPMG Corporate Finance LTDA.

A PLR foi construída com a participação de uma comissão de representantes das empresas e teve como objetivo unir interesses das Sociedades e de seus empregados.

Os parâmetros e critérios foram acordados através de negociação direta entre os representantes das Sociedades, comissão de empregados e o SEAAC Campinas, sindicato da categoria.

Os representantes consideraram que as regras e os mecanismos criados para viabilizar a PLR – constantes do Anexo I, parte integrante do acordo - foram claros e objetivos, além de acessíveis a todos os empregados das Sociedades, facilitando o controle e o acompanhamento por parte dos trabalhadores.

O período de apuração dos resultados foi de 01 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015.

Tiveram direito ao recebimento da participação nos lucros das Sociedades todos os empregados e ex-empregados, com exceção dos desligados por justa causa, vinculados às empresas durante o período de apuração, desde que satisfeitas as condições acordadas que se encontram especificadas no acordo. Ficaram fora da PLR os estagiários e terceirizados.

Os indicadores de negócios e fatores de desempenho individual, definidos pelas Sociedades e Comissão de Empregados estão expressos no Anexo I.

Os indicadores de negócios e os fatores de desempenho individual foram apurados segundo demonstrações financeiras combinadas das Sociedades, levantadas de acordo com práticas contábeis internacionais, relatórios gerenciais e avaliações periódicas individuais de desempenho.

PAGAMENTO

O pagamento da participação foi realizado em duas parcelas sendo a primeira paga no dia 30 de Abril de 2015 e a segunda parcela, no dia 21 de Dezembro de 2015.

A vigência do acordo é de 01 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2015, aplicando-se ao período nele previsto.

TRANSPARÊNCIA

Todo empregado tem o direito de solicitar à área de Recursos Humanos das Sociedades, por intermédio de qualquer representante da Comissão de Empregados, esclarecimentos sobre quaisquer disposições deste Acordo.

O acordo assinado pelos representantes das Sociedades bem como pela Comissão de Empregados, foi arquivado no SEAAC Campinas.

Fonte e foto: SEAAC Campinas e região

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Toma posse nova diretoria do SEC Garanhuns

Diretoria foi eleita para o mandato de quatro anos (2016 a 2020)

Em clima de confraternização tomou posse no dia 4 de janeiro a nova diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Garanhuns (PE), filiado à FECONESTE. Comandada pelo presidente Adjamiro Lopes, a diretoria foi eleita para o mandato de quatro anos (2016 a 2020).

"Neste ano com a nova diretoria, estaremos intensificando o trabalho do sindicato para atender cada vez mais e melhor os comerciários do município", afirmou Adjamiro.

Valmir Lima, presidente da FECONESTE, deu os parabéns à nova diretoria. "Tudo leva a crer que 2016 será bastante difícil para nossa categoria dos trabalhadores empregados no comércio, mas não vamos arrefecer em nossas lutas", afirmou. Dirigente sindical, Valmir disse ainda que cada diretor deverá dedicar uma parcela do seu tempo para o trabalho em prol da coletividade sindical. "Com a nossa união, não seremos derrotados jamais".

Fonte e foto: FECONESTE.

Comerciários de concessionárias conquistam reajuste de 9,9%

Fecomerciários e Sincodiv assinaram em 20 de janeiro a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para os comerciários de concessionárias. O reajuste é de 9,9% (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e todas as cláusulas sociais da Convenção anterior foram mantidas. O aumento é retroativo a 1º de outubro, data-base da categoria e abrange 100 mil trabalhadores em todo o Estado de São Paulo. As diferenças relativas ao período da data-base até agora serão pagas em quatro vezes, incluindo o 13º salário.

Pelos trabalhadores, assinaram a CCT: Luiz Carlos Motta (presidente da Fecomerciários), Mario Herrera (Marília), Jair Mafra (Mogi das Cruzes), Arnaldo Biloti (Santos), Ademar Gonçalves (ABC), Aparecido Nunes (Campinas) e Marcos Afonso de Oliveira (São Paulo). Foram representantes dos empregadores: Álvaro Rodrigues Antunes de Faria (presidente do Sincodiv), Alarico Assumpção Jr.(presidente da Fenabrave) e Octavio Vallejo (superintendente do Sincodiv).

Para este ano já ficou acertado, entre as partes, que as conversas em torno da Campanha Salarial vão começar em abril. A antecipação tem como objetivo evitar eventuais atrasos na assinatura da CCT por conta da crise econômica, como aconteceu em 2015. O presidente Motta explica: "Sabemos que a crise atinge comerciantes e comerciários. Mas ela não foi criada pelo trabalhador. Portanto, não podemos pagar uma conta que não é nossa. No caso, com atraso na definição do reajuste".

O presidente da Fecomerciários adianta que no decorrer desses encontros também serão discutidas questões sobre o cumprimento rigoroso da CCT, demais acordos e condições de trabalho da categoria. "Nossa profissão é regulamentada, conquista que fortalece a nossa luta". Hoje, somente no Estado de São Paulo são 2,7 milhões de comerciários representados por 68 Sindicatos filiados à Federação.

De acordo com o presidente do patronal Sincodiv, Álvaro Rodrigues Antunes de Faria, apesar de ter sido uma Convenção demorada, com dificuldades, chegou-se a um bom acordo para patrões e trabalhadores. "Foi uma CCT muito bem trabalhada e construída ao longo dessas discussões. O setor terminou o ano muito mal. Por essa razão a negociação demorou mais, mas acho que a classe empresarial concedeu aquilo que é possível arcar para 2016", afirma.

Alarico Assunção Junior, presidente da Fenabrave, divide a mesma opinião. Ele observa que 2015 foi o pior ano em 50 anos de atividade da entidade. "Foi um período sem precedentes. Infelizmente, empresas fecharam, trabalhadores perderam o emprego. Respeitamos o trabalhador. Sem ele, nós não existiríamos. E, como disse o Motta, os trabalhadores não existem sem os empregadores. Enfim, o que queremos dizer é que capital e trabalho não podem ser desassociados".

Como os demais representantes patronais, Octavio Vallejo ressalta: "Esse ano foi totalmente atípico pelas circunstâncias que nós enfrentamos no País. Por isso, as negociações foram difíceis. Não se trata de intransigências. É que cada qual, ao seu modo, procurou o melhor para a sua categoria. Não se tratou de questão política ou de 'vou ganhar em cima dele'. Era questão de sobrevivência da categoria. Mas chegamos a um consenso com o Motta, que sempre defende com muita garra e determinação os trabalhadores. Foi difícil, mas chegamos a um denominador comum".

Aumento abrange 100 mil trabalhadores em todo o Estado de São Paulo

Na avaliação do presidente Motta, a negociação com o Sincodiv, em 2015, enfrentou os impactos da crise econômica e todos os "sofrimentos" que submetem aos trabalhadores. "Inflação, recessão e desemprego são efeitos da crise econômica que atinge, de modo diferenciado, patrões e empregados. Por isso, cada parte foi flexível em seus posicionamentos e chegamos a um consenso".

Motta informa que, a exemplo dos trabalhadores do comércio varejista e atacadista e das concessionárias, neste ano os práticos de farmácia terão as conversas acerca da CCT antecipadas a fim de que sua assinatura não ultrapasse a data-base, ou seja, 1º de julho.

Fonte e foto: Fecomerciários-SP.

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Fórum Social Mundial

MILHARES DE PESSOAS VIBRAM POR UM MUNDO MELHOR, POR DEMOCRACIA E DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS NA ABERTURA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Fecosul e sindicatos filiados participaram da abertura do Fórum Social Mundial

A Fecosul e o Sindicatos filiados, movimentos sociais, movimento de estudantes e ativistas de diversas localidades estiveram reunidos com uma certeza, "um outro mundo é possível", em 19 de janeiro, na abertura do Fórum Social Mundial (FSM), que está completando 15 anos. Para celebrar este marco, o FSM promoveu a tradicional marcha de abertura, reunindo os milhares de participantes em uma caminhada que percorreu as principais ruas do centro até o Largo Zumbi dos Palmares.

O coração de Porto Alegre, Largo Glênio Peres, foi o local de concentração da Marcha, onde milhares de pessoas estavam unidas com o objetivo de buscar soluções para um mundo melhor. Durante o trajeto os participantes carregaram faixas e cartazes, que na sua maioria pediam mais educação, saúde, respeito pelas diferenças, fim das privatizações, igualdade e justiça, além de entoar palavras de ordem que foram desde o "não vai ter golpe", "Fora Cunha" até o já tradicional "o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo".

A marcha culminou com um ato político no Largo Zumbi dos Palmares. O ministro do Trabalho e da Previdência Social, Miguel Rossetto, representou a Presidência da República durante o ato. "O Brasil é uma experiência concreta de que mudanças são possíveis. Ao longo dos últimos anos, avançamos na democracia, 40 milhões de brasileiros saíram de uma condição de pobreza e de miséria; conseguimos fazer crescimento econômico com inclusão social, mais de 20 milhões de empregos foram criados e avançamos na igualdade de negros, mulheres, juventude", disse.

Para Rossetto, neste momento as tarefas são claras: "resistir, preservar as nossas conquistas e avançar em direção a mais democracia, liberdade e justiça, avançar naquilo que foi um chamamento corajoso naquele momento, em 2001, quando o Fórum foi criado, e que renovamos aqui: outro mundo é possível e este mundo é de mais justiça, igualdade e liberdade".

Para o presidente da Fecosul, Guiomar Vidor, o FSM tem papel fundamental na troca de ideias para enfrentar as dificuldades do atual momento político. "A ofensiva do neoliberalismo e as opções que temos para enfrentar esse momento político. Temos como centralidade trocar ideias e solidificarmos opiniões para que possamos enfrentar esse 2016 que prevê grandes batalhas. A Fecosul tem um papel fundamental para que possamos de fato construir vitórias para a classe trabalhadora e a sociedade brasileira. Desejo um Fórum com bons debates para que possamos avançar nas conquistas dos trabalhadores brasileiros que são quem realmente produzem a riqueza do nosso país. A Fecosul acredita que outro mundo é possível", defendeu Vidor.

Fonte e foto: Fecosul.

Federação dos Comerciários fecha Convenção Coletiva de Trabalho 2016

A FECOMBASE fechou em janeiro a Convenção Coletiva de Trabalho 2016 com a patronal FECOMERCIO. O reajuste fica garantindo para o período entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016.

"Este ano conseguimos um reajuste de 10% para os comerciários. As empresas que tenham atividades inorganizadas em sindicatos concederão aos seus empregados, com salário acima do piso, este percentual sobre os salários pagos em dezembro de 2015", anuncia o presidente da FECOMBASE, Marcio Fatel.

Os empregados com mais de 03 meses consecutivos na mesma empresa, que exerçam as funções de office boy, faxineiro, carregador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, empacotador, entregador, serventes e similares, passarão a ganhar R$ 898,00 e para os demais também com mais de 03 meses consecutivos o salário passa a ser R$ 925.

Além disso o acordo garante pagamento de 3% sobre o piso por triênio, naturalmente aos que possuem pelo menos 3 anos consecutivos de trabalho na mesma empresa. As horas extras serão remuneradas com adicional de 55% nas 02 primeiras horas e 100% nas excedentes.

Fica também garantido aos empregados na função de Caixa o pagamento de "Quebra de Caixa", no valor de 10% do salário mínimo aos empregados com efetivo tempo de serviço inferior a seis meses e 10% do Piso Salarial para os que possuam tempo superior, ficando excluídos dessa obrigação os empregadores que não descontarem dos seus empregados as faltas do caixa.

Fonte e foto: FECOMBASE.

RODADA DAS FEDERAÇÕES

II Encontro Nacional das Trabalhadoras Frentistas vai debater assédio e violência de gênero

O enfrentamento aos diversos tipos de violência contra as mulheres e outras minorias será o principal foco do "II Encontro das Trabalhadoras Frentistas - Assédio e Violência de Gênero", que será realizado de 7 a 8 de março no auditório da CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, em Brasília-DF. Promovido pelas Federações Nacional e Estadual da categoria - Fenepospetro e Fepospetro, entidades presididas respectivamente por Francisco Soares de Sousa e Luiz Arraes, o evento vai reunir púbico de 120 pessoas, formado por sindicalistas da categoria, incluindo lideranças femininas de todo o país, além de representantes sindicais e de movimentos sociais, juristas e autoridades políticas. O envio das fichas com as inscrições e dos ofícios de participação ficará a cargo do Sinpospetro de Campinas-SP e de Guarulhos-SP.

O TEMA

Os altos índices das práticas dos diversos tipos de assédios contras as mulheres, principalmente dentro do ambiente de trabalho, no Brasil e no mundo, motivaram a opção pelo tema, definido no sábado (30), em Campinas-SP, pelo Comitê de Organização integrado por Marli Ortega, presidente do Sinpospetro de Jundiaí-SP, Maria Aparecida Evaristo, vice-presidente do Sinpospetro do Rio de Janeiro, Sueli Camargo, presidente da Secretaria da Mulher da Fepospetro e do Sindicato dos Frentistas de Sorocaba-SP, e Telma Cardia, presidente da Secretaria da Mulher da Fenepospetro e do Sinpospetro de Guarulhos-SP. Também participaram da reunião a médica especialista em psiquiatria, Dra. Sueli Cabral Rathsam, palestrante da edição de 2015, e a diretora do Sinpospetro de Campinas-SP, Renilda da Paixão.

PRESENÇAS E BANDEIRA DE LUTA

Até o momento, foram convidadas e confirmaram presença na solenidade de abertura, na noite do dia 7, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a Dra. Maria Gabriela Manssur, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e Coordenadora do Núcleo de Combate à Violência contra a Mulher - Grande São Paulo II, e Terezinha de Carvalho, Delegada de Polícia aposentada com amplo histórico de atuação em defesa da mulher. Deverá ser concluída até a próxima semana a definição das três palestrantes que se apresentarão no dia 8, quando a programação prevê ainda diversas atividades em grupo. Segundo Telma Cardia, a escolha dos nomes será com base nas abordagens: Empoderamento, Direitos e Saúde da Mulher. Sobre este último item, Telma adianta que objetiva dar visibilidade ao desafio que enfrenta a categoria na luta por proteger trabalhadoras gestantes da exposição ocupacional ao benzeno, substância cancerígena presente nos combustíveis. Sobre a questão,Telma defende elaboração de Projeto de Lei que viabilize subsídio salarial à frentista gestante durante os 3 primeiros meses da gravidez. A recomendação de afastamento segundo a sindicalista tem respaldo em estudos médicos, que comprovam estreita relação entre casos de contaminação pela substância, neste período da gestação, e ocorrências de abortos ou má formação fetal. Telma diz que hoje o sindicato intermedeia " na raça" esse tipo de afastamento: "É uma batalha descomunal pois a patronal não reconhece a seriedade da questão, e quase sempre só colabora quando o pedido de afastamento vem por ordem médica". A presidente sindical diz que tem que ser feito, pois trata-se de luta pela vida e pelo direito ao trabalho: " Esse jogo de empurra estigmatiza a mulher e impacta seu direito universal de ser mãe e de poder conciliar essa condição com a de trabalhadora" - conclui.

DIRETRIZES

Os debates do II Encontro das Trabalhadoras Frentistas – Assédio e Violência de Gênero, produzirão encaminhamentos para a definição de ações específicas à categoria de todo o país. Das deliberações, sairá também uma cartilha orientativa sobre como as mulheres devem proceder ao se ver vítima de assédio no ambiente de trabalho ou da violência doméstica. A elaboração da cartilha foi sugerida pela presidente sindical Telma Cardia: " Sem saber de seus direitos, as mulheres não têm como se defender" - pontuou. Sueli Camargo complementou: "Qualificadas, as lideranças femininas poderão suas equipes sobre uma assistência em conformidade com deliberações do Encontro".

DEFINIÇÃO

A agenda de realização anual do Encontro das Trabalhadoras Frentistas foi aprovada durante o VII Seminário Nacional da categoria, realizado em Salvador - BA, em julho do ano passado. Na ocasião, foi decidido que as temáticas devem compreender a questão do estreitamento da comunicação entre as dirigentes sindicais, ações de qualificação do grupo, o combate a todo o tipo de violência de gênero e o desenvolvimento de ações de amparo e empoderamento das mulheres, para a plenitude de direitos. A categoria se propôs ainda a aumentar gradativamente a participação feminina nos cargos de comando dos sindicatos. Hoje, essa representação engloba 5 presidentes e 79 diretoras distribuídas entre os 52 sindicatos.

A ENTIDADE

Com mais de 20 anos de atuação, a Federação Nacional dos Frentistas – Fenepospetro, presidida por Francisco Soares de Sousa, (Chico Frentista), um dos fundadores da categoria, reúne por todo o país mais de 50 sindicatos. Juntamente com a Federação Estadual dos Empregados em Postos de Combustíveis de São Paulo – Fepospetro, presidida por Luiz Arraes, representa aproximadamente 500 mil trabalhadores, sendo 100 mil no estado de São Paulo. As mulheres representam 30% desse contingente.

SERVIÇO

II Encontro das Trabalhadoras Frentistas – Assédio de Violência de Gênero

07 e 08 de março de 2016 • Centro de Convenções da Confederação Nacional do Comércio (CNTC) – Brasília-DF

Assessoria de Imprensa Fenepospetro
Leila de Oliveira
Tel.: (19) 99221-9902
e-mail: contato@fenepospetro.org.br

Evento vai reunir sindicalistas e lideranças femininas de todo o país

ESCRAVIDÃO não é TRABALHO, é crime.

28 de janeiro – Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

CNTC
Somos todos nós

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

www.cntc.org.br